

IV Conferência da Cidade do Rio de Janeiro

Encontro é suspenso e nova data será definida. Diretores do SENGE-RJ falam sobre a importância da Conferência que pretende avançar na construção de uma política de desenvolvimento urbano. Págs. 4 e 5



Águas de Reuso

por um meio ambiente melhor

Projeto da Poli/UFRJ trata esgoto sanitário para usá-lo na irrigação de jardins e canteiros do campus

Página 3

Engenheiro, eleja a diretoria do seu sindicato

Dias 23, 24 e 25 de março, compareça às urnas. Pág. 8

A degradação acelerada dos serviços públicos

Desde o final de 2009, a cidade do Rio de Janeiro assiste, sem que se possa fazer muita coisa, a queda vertiginosa da qualidade de dois dos mais importantes serviços prestados à população carioca: o fornecimento de energia elétrica pela LIGHT e os trens do metrô. É importante que se diga que ambas as empresas foram privatizadas pela onda neoliberal que assolou o país no período FHC.

A LIGHT, como sabemos, foi privatizada sem que ainda houvesse sequer uma agência reguladora numa nítida operação de entrega do patrimônio público. Recentemente, com o crescente desinvestimento realizado pela empresa, os “apagões” se tornaram uma constante o que culminou com uma multa de 9,5 milhões de reais aplicada pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) no mês passado pelas interrupções de energia ocorridas entre novembro de 2009 e janeiro de 2010.

Com relação ao metrô, o quadro é deprimente. Os usuários têm assistido todos os dias a cenas de verdadeira selvageria na briga por um lugar sentado. Mulheres sendo agredidas e retiradas a força de seus assentos. Um espécie de “lei das selvas” na luta por um lugar onde são frequentes as intervenções do serviço de segurança da empresa e, em muitos casos, os envolvidos vão parar nas delegacias policiais.

É fundamental que as entidades que fiscalizam os direitos dos consumidores e as associações, entidades de classe e sindicatos se articulem em defesa dos serviços de qualidade para a população, acionando o Ministério Público em uma ação conjunta.

Não podemos também esquecer o engodo da privatização e o modelo falido das atuais agências reguladoras, que funcionam como estruturas de legitimação do neoliberalismo.

Petróleo: onde mora o perigo

(Veiculado no Correio da Cidadania)

■ PAULO METRI

A internet é uma fonte inesgotável de verdadeiras ou truncadas informações. O grave é que, às vezes, as pouco confiáveis vêm tão camufladas que fica difícil reconhecê-las. Dentre as notícias questionáveis que circulam, está a do desenvolvimento pelos Estados Unidos de uma arma capaz de controlar o clima e provocar catástrofes, como terremotos. Trata-se do projeto HAARP (High Frequency Active Auroral Research Program) sobre o qual não existem informações seguras, no meu nível de conhecimento.

Entretanto, no texto do geólogo João Victor Campos sobre este projeto, consolidando informações esparsas, está para espanto meu: "Aparentemente, esse tipo de equipamento possibilita a utilização de transmissões/emissões de ondas eletromagnéticas de baixa frequência/longo comprimento, possíveis de detectar, mapear e gerar imagens de estruturas subterrâneas (...) ou seja, capaz de localizar objetos abaixo da superfície". Sendo comprovado, quem me garante que os Estados Unidos e suas empresas petrolíferas já não sabiam das estruturas geológicas existentes na área do pré-sal, há muitos anos atrás, sem terem realizado os levantamentos sísmicos convencionais?

Por outro lado, consta que, na década de 90, geólogos e geofísicos da Petrobrás já discutiam a possibilidade da existência de grande quantidade de petróleo abaixo da rocha de sal que acompanhava a costa brasileira de Santa Catarina ao Espírito Santo. Mesmo que nenhum destes técnicos tivesse ido trabalhar em empresas privadas, o que não aconteceu, estas empresas poderiam ter chegado também à mesma conclusão. O embaixador Sebastião do Rêgo Barros, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) de 2002 a 2005, disse em palestra na FIRJAN para uma platéia de mais de cem pessoas, enquanto detinha o cargo de diretor-geral, que técnicos garantiam a existência de um "mar de petróleo" na Bacia de Campos, em região mais profunda. Notar que a Petrobrás divulgou a existência do pré-sal em novembro de 2007 e só a partir desta data a população brasileira ficou sabendo da gigantesca reserva existente no país. Sete rodadas de licitações, em que 249 blocos marítimos foram concedidos, aconteceram antes de novembro de 2007.

Todos nós sabemos que as diretorias das agências reguladoras, incluindo a da ANP, qualquer que seja o governo, sofrem enorme pressão para o atendimento de pleitos dos agentes regulados, no caso em questão, das petrolíferas es-

trangeiras. Aliás, mesmo em sociedades mais conscientes, é fraco o poder político do órgão regulador, quando comparado com o poder do conjunto de empresas que compõem o setor a ser regulado. Assim, quem garante que, nas rodadas de leilões de blocos para exploração de petróleo, promovidas pela ANP, alguns dos blocos da área do pré-sal não foram colocados por enorme pressão destas empresas, que já sabiam da sua existência?

Assim, os responsáveis por decisões da ANP não lembraram da possibilidade de estar sendo entregue grande quantidade de petróleo, oriundo do pré-sal, porque os editais e os contratos de concessão não contiveram cláusula limitando a exploração de petróleo à parte do pós-sal de cada bloco, o que poderia ser facilmente redigido. Pressupondo que o país tivesse que fazer leilões e existindo a possibilidade de muito petróleo no pré-sal, o razoável sob o ponto de vista social era lançar os editais e assinar os contratos de concessão dos blocos desta área sem a parte do pré-sal, pelo menos até se conhecer melhor esta camada. Nesta época, já deveria ter sido acionado o alarme para a necessidade de revisão do marco regulatório existente do petróleo.

No caso do campo de Tupi, a Petrobrás descobriu de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo, dos quais 35% pertencem, graças à não lembrança dos responsáveis da ANP, a empresas estrangeiras. Nos casos dos campos de Bem-te-vi, Carioca, Guará, Parati, Iara, Caramba, Júpiter e Sagitário, onde já foi descoberto petróleo também pela Petrobrás, mas ainda não há estimativas de reservas, as empresas estrangeiras possuem, graças à mesma não lembrança dos responsáveis da ANP, 34%, 55%, 55%, 50%, 35%, 20%, 20% e 40% das reservas, respectivamente. No campo de Ogum, em que a Petrobrás não é a operadora do consórcio, 80% da reserva são das empresas estrangeiras também signatárias do contrato de concessão com a ANP. Tudo isto pode até ser legal, considerando a lei injusta criada no auge do neoliberalismo, mas significa um roubo de patrimônio da sociedade brasileira. Desta forma, a ANP é um dos locais onde mora o perigo.

Muitos pensadores se dedicaram a encontrar o caminho que nações devem trilhar para se desenvolver e uma forma de aprofundar o conhecimento sobre esta questão é buscar identificar os fatores determinantes, nas diversas nações, que influenciaram seus atuais estágios de desenvolvimento. Um destes fatores existente nas nações desenvolvidas é a

Continua na página ao lado ►



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeyer, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corvelo de Azeredo.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Monitor Mercantil

Contra a escassez do recurso

HÍDRICO

Escola Politécnica da UFRJ trabalha com projeto que aproveita parte do esgoto sanitário produzido na Cidade Universitária

A Escola Politécnica da UFRJ, através de uma iniciativa do Departamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, a ser conduzida nas instalações do Centro Experimental de Saneamento Ambiental da UFRJ (CESA/UFRJ), trabalha no projeto Águas de Reuso.

O projeto tem como objetivo o aproveitamento de parte do esgoto sanitário produzido na Cidade Universitária e tratado no CESA/UFRJ, para fim de atividades de ensino e pesquisa, com a finalidade de irrigação de jardins e canteiros ornamentais do campus. A Prefeitura Universitária, por meio do Horto da UFRJ, é parceira da iniciativa e será responsável pela irrigação.

O potencial de resultado, além do efeito multiplicador de um procedimento ambientalmente sustentável, é o ganho advindo da economia da água potável que é hoje utilizada para esta finalidade, estimada em 24.000 litros diários, e que representa despesa anual da ordem de R\$ 80.000,00 (considerando a tarifa de água e a taxa



Área, na UFRJ, onde é desenvolvido o projeto que pretende tratar parte do esgoto sanitário produzido pela Cidade Universitária e usá-lo para irrigar os jardins e canteiros

de esgotos praticadas pela CEDAE para a categoria “consumidor público”).

Segundo coordenador do projeto, professor Isaac Volschan Jr., a distribuição irregular e o uso

indevido da água têm contribuído cada vez mais para o risco de escassez do recurso hídrico. “Além da possível economia de água, o projeto pode levar a outras ações de conservação e uso racional da água”, afirma Isaac.

As águas de irrigação corresponderão aos esgotos sanitários tratados ao nível terciário, ou seja, submetidos a processos subsequentes ao tratamento biológico secundário, e que visam, por meio da filtração terciária e da desinfecção, a produção de água mais clarificada e isenta da presença de organismos indicadores de contaminação fecal e de eventuais organismos patogênicos.

O CESA/UFRJ atende as atividades de ensino de diversos cursos de graduação e pós-graduação da UFRJ (engenharias, química, biologia, geografia, arquitetura entre outros) e agrega instalações para o desenvolvimento de pesquisas e desenvolvimento tecnológico aplicado ao tratamento dos esgotos.

• Continuação do artigo Opinião

exigência da sociedade como um todo pelo desenvolvimento do país, ou seja, a grande massa e a elite política e econômica devem estar juntas nesta exigência. Para este fator ocorrer, é preciso que a massa tenha um grau razoável de conscientização política, pois um povo consciente e informado nunca dará apoio a decisões contra si próprio. Por sua vez, a elite é bem consciente do que acontece no Brasil e, ainda assim, parte dela toma decisões contra os interesses da sociedade, muitas vezes beneficiando grupos estrangeiros, para que egoisticamente tenha uma parcela de usufruto. Em outras palavras, esta parte da elite trai seus irmãos brasileiros para ter alguma vantagem em negociações com os estrangeiros.

Está a seguir um exemplo recente desta falta de fraternidade, também ocorrido no setor de petróleo. Atualmente, uma nova

legislação sobre este setor está sendo proposta pelo Executivo ao Congresso Nacional. Não vamos nos ater à divisão do lucro da exploração entre o Estado, incluindo todos os entes componentes da Federação, e as empresas, porque o percentual mínimo do lucro da produção do petróleo que irá para o fundo social não está definido na proposta de lei, estando contido nela que, em cada edital de rodada de leilões, ele será estabelecido pelo CNPE. Este detalhe da arquitetura de funcionamento do setor dá ao CNPE um poder imenso de transferir riqueza da sociedade brasileira para os cofres das empresas. Devido a este fato, o CNPE será outro endereço certo do perigo.

Continuando, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) nos alerta para o fato de que a Câmara dos Deputados está aprovando o projeto de lei do Executivo com modificações, de forma que, hoje, há a

entrega de cerca de 46% da produção de petróleo para ser comercializada por empresas privadas, à medida que foi permitido o ressarcimento em óleo dos gastos com a produção e o tributo chamado participações governamentais. É difícil acreditar que o legislador não sabia que quem comercializa petróleo tem poder. Introduzo, de passagem, um pequeno comentário. Mais uma vez, a AEPET produz uma análise que não é importante só para seus associados, e sim para toda nossa sociedade, o que me leva a rezar para que seus mantenedores continuem, de forma altruísta, financiando-a.

Para as empresas estrangeiras que têm produção no pré-sal, esta decisão da Câmara é animadora, pois significa a continuidade de produção de suas refinarias nos seus países de origem, que não tinham garantia de suprimento de petróleo para o médio prazo. Para alguns países da OPEP, é desin-

teressante, porque eles estão fazendo grande esforço para aumentar suas exportações de derivados. Para o Brasil, será péssimo, porque dificultará a atração de países para suas teses em conferências internacionais, como a rodada de Doha, reuniões da ONU, do FMI, do Banco Mundial, da OEA, da UNCTAD etc. A garantia de suprimento de médio prazo de petróleo ou derivados a um país carente deste energético significa, em muitos casos, a viabilização de sua economia. Certamente, o perigo está vivendo também na nossa Câmara de Deputados.

O perigo tem moradia histórica na cabeça desta parte da elite brasileira que repudia seus irmãos. O povo brasileiro não merecia ter esta parte da nossa elite econômica e política como irmã. Ele é muito melhor que ela.

■ Paulo Metri é conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros

SUSPENSO

IV Conferência da Cidade do Rio de Janeiro

Evento é adiado e ainda não tem data definida. O objetivo será discutir uma cidade para todos com gestão democrática, participativa e controle social

A IV Conferência da Cidade do Rio de Janeiro aconteceria de 5 a 7 de março de 2010, no Hotel Guanabara Palace (Av. Presidente Vargas, 392, Centro), sob o tema “avanços, dificuldades e desafios na implementação de desenvolvimento urbano”. Mas foi suspensa e ainda não há data prevista para a retomada. *(Leia, no quadro da página ao lado, nota da Comissão Preparatória da Conferência, explicando o cancelamento).*

Os diretores do SENGE-RJ Stel Soares, Clovis Nascimento e Marco Antônio Barbosa falam sobre a importância desta Conferência, que, segundo Stel, estava abandonada no Rio de Janeiro. “Eis uma oportunidade de mobilizar a sociedade para participar das decisões”, afirma. Stel considera a suspensão do evento uma falta de responsabilidade política enorme e diz que a necessidade da sua retomada é urgente.

A Conferência vai eleger o Conselho da Cidade, que deverá ser composto por entidades do governo e a maior parte pela sociedade civil. Clovis, que também é ex-diretor do Ministério das Cidades, enfatiza: “Temos que discutir como podemos melhorar a situação do Rio, principalmente com as suas belezas naturais, a sua vocação turística, as Olimpíadas e a Copa”. Marco Antônio, também integrante do Conselho de Política Urbana da Cidade do Rio de Janeiro e do Conselho Municipal de Meio Ambiente, afirma: “A Conferência tem como sua maior e principal proposta a organização do espaço e desenvolvimento urbano”.

A IMPORTÂNCIA DA CONFERÊNCIA

O diretor do SENGE-RJ Stel Soares explica que, quando o Ministério das Cidades foi criado, este organizou uma estrutura de modo que cada município fosse obrigado a fazer a sua Conferência Municipal. “Cada município tem o seu Conselho Municipal, e em suas Conferências elegem delegados para as Conferências Estaduais, que elegem delegados para a Conferência Nacional, mas isso não estava acontecendo no Rio de Janeiro, na



Clovis Nascimento, diretor do SENGE-RJ e ex-diretor do Ministério das Cidades



Stel Soares, diretor do SENGE-RJ e engenheiro sanitário da Secretaria Municipal de Habitação



Marco Antônio Barbosa, diretor do SENGE-RJ e integrante do Conselho de Política Urbana do Rio

gestão do César Maia. Então, agora, foi convocada a Conferência Municipal e esta vai eleger o Conselho do Rio de Janeiro. Essa Conferência é muito importante, mas o César Maia não dava apoio e não convocava a Conferência Municipal, é o prefeito que tem que fazer isso”, garante Stel.

Clovis Nascimento também é diretor do SENGE-RJ e é ex-diretor do Ministério das Cidades. Ele diz que o Rio de Janeiro vai inaugurar a sua Conferência Municipal e isso é muito importante para a cidade. “Creio que as discussões dos temas eleitos certamente provocarão muitas propostas para o Rio de Janeiro e para a própria Conferência Nacional. Algumas propostas terão desdobramentos nacionais. O PAC deve estar no centro das discussões. O Rio foi um dos municípios que mais recursos recebeu do Governo Federal. O município do Rio tem obras nas áreas de favelas,

há um cardápio farto na área de saneamento, há o Porto de Sepetiba que vai receber um incremento muito grande pela construção do Arco Rodoviário e pela implantação do Pólo Petroquímico de Itaboraí, da Petrobras. Com tudo isso, se a gente imaginar as Olimpíadas e a Copa, o Rio vai ter que buscar programas estruturantes na área de segurança pública e transporte coletivo. Todos esses temas serão objeto de discussão na Conferência Municipal. Com as suas belezas naturais, a sua vocação turística, Olimpíadas e a Copa, teremos que discutir como poderemos melhorar a situação do Rio”, afirma Clovis.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Stel explica que o Conselho da Cidade, que vai ser eleito nessa Conferência, será composto por entidades do Governo e pela sociedade civil (maioria) e enfatiza: “Nós, Sindicato, estamos dentro da Sociedade Civil. Nós temos que participar desse Conselho para podermos participar das decisões do que acontece na cidade, o que não vem acontecendo”. E ele lembra: “Nós reclamamos, inclusive pelo Jornal do Engenheiro, publicação mensal do SENGE-RJ, dos problemas do metrô, tá o problema, mas nós denunciemos o ano inteiro; denunciemos a loucura do teleférico do Alemão e a construção da Via Férrea em Manguinhos, nada aconteceu; nós denunciemos os problemas das Vias Ferroviárias e não aconteceu nada; falamos das barcas também. Tudo antes de acontecer. Cadê o Conselho das Cidades? Não existia. Eis uma oportunidade de conseguirmos entrar nele, como sociedade civil. Vamos mobilizar a sociedade para que a gente possa ter mais uma forma de participar.” ■

COMUNICADO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Diante de fatos novos que colocaram em risco a integridade psicofísica de todos os presentes, incluindo idosos, crianças, adolescentes e portadores de necessidades especiais, e que poderia ter consequências imprevisíveis, várias entidades organizadas e membros da sociedade civil encaminharam à comissão preparatória requerimento de suspensão da IV Conferência da Cidade do Rio de Janeiro, que foi apreciado pelos representantes da referida Comissão, ensejando o seguinte comunicado oficial:

“Tendo em vista que há elementos que respaldam o receio manifestado pelas diversas entidades, por cautela e por votação unânime de seus membros, a Comissão Preparatória comunica a imediata suspensão das atividades da IV Conferência da Cidade do Rio de Janeiro, ressaltando que todos os fatos serão detalhadamente descritos em relatório a ser apresentado ao Conselho Nacional das Cidades e Ministério das Cidades, bem como à Comissão Preparatória Estadual, sendo que, em momento oportuno, será realizada nova convocação para a continuidade das atividades.”

Rio de Janeiro, 06 de março de 2010.

COMISSÃO PREPARATÓRIA DA IV CONFERÊNCIA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Platéia lotou o auditório da IV Conferência da Cidade, que acabou suspensa

Loucuras de amor

José Amaro Barcelos Lima*

De rude, sempre me alcunhas,
De brutamontes também,
Usas a língua e não unhas,
Mas feres como ninguém.

Prazer que já me consome,
Tornando-me tenso e afoito.
Lamentos de quem tem fome
De amor, ânsia de coito.

Feres sim, mas acredito,
Não o fazes por querer.
Só me acusas quando evito,
Teus lamentos de prazer.

Creias, não sou violento,
Gritavas, julguei de amor.
Pois gemes, só quando tento,
Beijar-te seja onde for.

* Engenheiro da Ampla

IDADE QUALIDADE

Quando você carimbar de *idoso*
vai certificar a experiência
de quem já auferiu o pleno gozo
o de alcançar a excelência.

Raul Pessôa é engenheiro civil

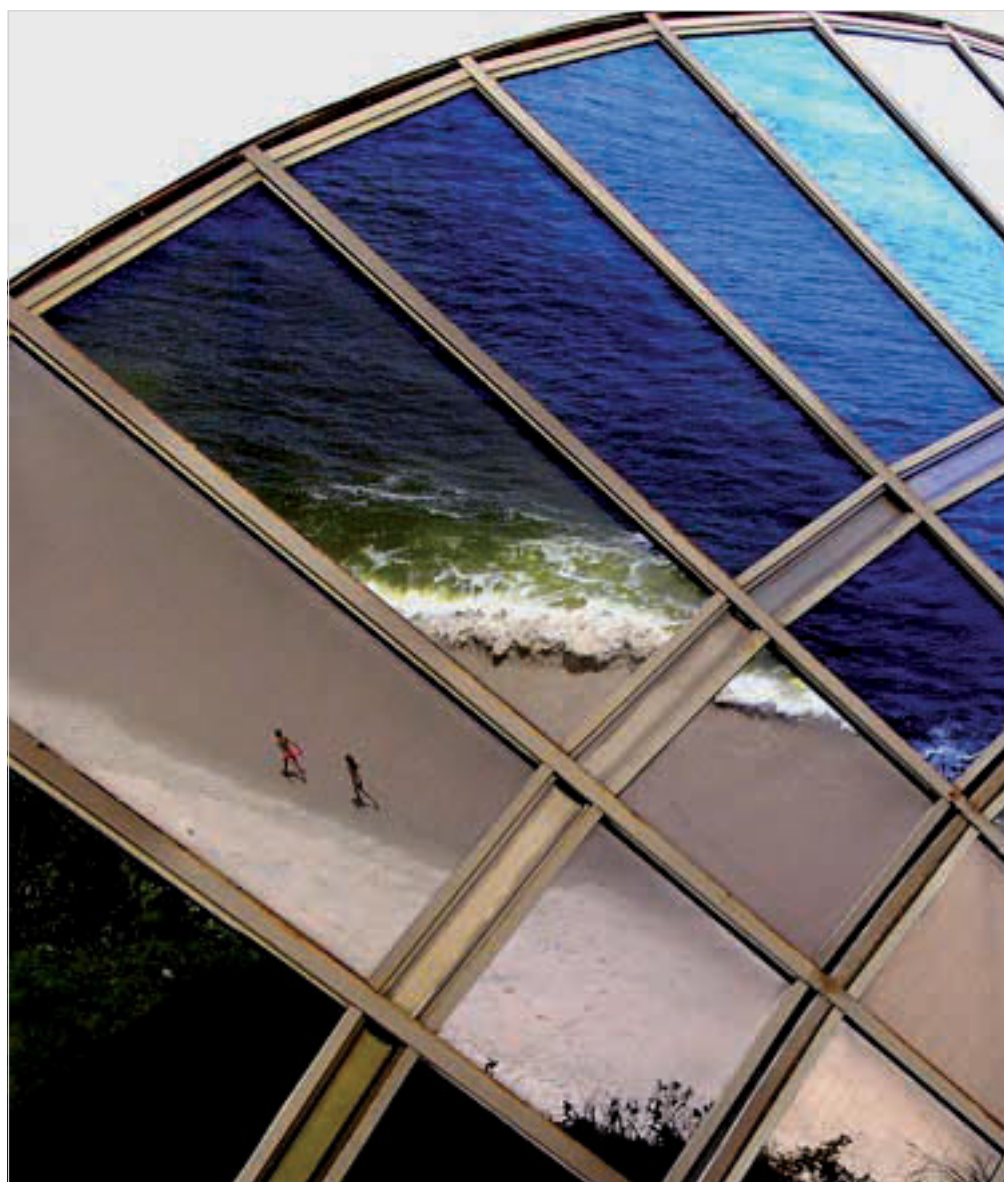
NÃO MESMO

Entendi o seu grito
Alto, profundo, agudo
Um sinal aflito
Eu, indiferente, surdo

A insistência teve resultado
Realçou a face impassível
Como um desinteressado
de sentimento invisível

O início marcou o fim
Lembrando a dureza da rocha
O desejo terminou assim
Como se apaga uma tocha

Raul Pessôa



• Esta foto, de Carlos Fonseca, engenheiro electricista de Furnas, mostra um detalhe do Museu de Arte Contemporânea (MAC), em Niterói/RJ, obra de Oscar Niemeyer. Com esta foto, Carlos Fonseca foi eleito "O Fotógrafo do Ano", no site de fotos do "O Globo", entre mais de 9.000 fotos enviadas em 2009.

• A coluna "Engenharia Cultural" é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

Sindicato firma convênio com a MÚTUA

O SENGE-RJ fechou um Convênio Institucional com a MÚTUA – Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-RJ. Com isso, os sócios do Sindicato tem direito aos seguintes benefícios: conta de e-mail; convênios nacionais e regionais (por exemplo: hotéis, clínicas e profissionais de saúde); previdência complementar (Tecnoprev); seguro de responsabilidade civil (por exemplo: para obras e funcionários).

• Para mais informações, acesse o site www.mutua.com.br
Ou ligue para 2224-4295 ou 2221-3907

Fórum da Indústria Naval se reúne no SENGE-RJ

Celia Satil

O Fórum Sindical da Indústria Naval e Petróleo (foto) se reuniu no auditório do Sengen-RJ, dia 5 de março, com a presença do presidente do Crea-RJ, Agostinho Guerreiro, e do Superintendente da Secretaria de Desenvolvimento do RJ, Alexandre Gurgel, para tratar de proposta a ser levada ao governo do estado sobre qualificação e treinamento de mão-de-obra



da área naval com recursos do FMM, FAT e PROMINP. Ficou agenda reunião, no dia 07 de

abril, na Firjan, para ser encaminhada e discutida a proposta dos trabalhadores.

A Política de valorização do Salário Mínimo e seus efeitos

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Para alcançar o objetivo pretendido foram realizadas grandes manifestações conjuntas a Brasília a fim de fortalecer, junto ao poder Executivo e Legislativo, a importância social e econômica da proposta.

Como resultado das negociações desenvolvidas, em 2007, definiu-se pela adoção de uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, que vem sendo seguida pelo Executivo Federal, apesar de não ter sido transformada em lei pelo Congresso, ainda, estabelecendo como critério o repasse da inflação acumulada no período transcorrido entre o último reajuste e a nova correção, acrescido da variação do PIB de 2 anos antes. Além disso, estabeleceu a antecipação da data de vigência - a cada ano - até sua fixação em janeiro, o que ocorreu neste ano.

Como resultado de todo esse processo, o salário mínimo experimentou uma elevação que o levou do valor de R\$ 260,00, em 2004, para R\$510,00, em janeiro deste ano.

Quando resgatamos a série histórica de variação do salário mínimo (tabela acima) no decorrer do período de 1998 a janeiro de 2010, nota-se que o reajuste aplicado ao salário mínimo foi de 325%, para uma inflação acumulada (INPC/IBGE) de 121,5%, correspondendo a um aumento real de 91,88%. No mesmo período, a economia brasileira cresceu 44,93% do seu Produto Interno Bruto (PIB).

Tomando como referência o ano de implantação desta política de valori-

Variação do Salário Mínimo, do INPC-IBGE e do PIB no Brasil – 1998 a 2010

Mês de reajuste	Salário Mínimo			INPC-IBGE	PIB (*)
	Em R\$	Reajuste nominal	Reajuste real		
mai/97	R\$ 120,00	-	-	-	-
mai/98	R\$ 130,00	8,33%	4,05%	4,12%	3,4%
mai/99	R\$ 136,00	4,62%	0,71%	3,88%	0,2%
abr/00	R\$ 151,00	11,03%	5,39%	5,35%	0,8%
abr/01	R\$ 180,00	19,21%	12,17%	6,27%	4,3%
abr/02	R\$ 200,00	11,11%	1,27%	9,72%	1,3%
abr/03	R\$ 240,00	20,00%	1,23%	18,54%	2,7%
mai/04	R\$ 260,00	8,33%	1,19%	7,06%	1,1%
mai/05	R\$ 300,00	15,38%	8,23%	6,61%	5,7%
abr/06	R\$ 350,00	16,67%	13,04%	3,21%	3,2%
abr/07	R\$ 380,00	8,57%	5,10%	3,30%	4,0%
mar/08	R\$ 415,00	9,21%	4,04%	4,97%	6,1%
fev/09	R\$ 465,00	12,05%	5,28%	6,43%	5,1%
jan/10	R\$ 510,00	9,68%	6,02%	3,45%	-
TOTAL (1998-2010)		325,00%	91,88%	121,50%	44,93%

Fontes: IBGE e DIEESE

(*) PIB do ano imediatamente anterior ao reajuste do salário mínimo.

zação do salário mínimo, 2004, e estendendo até os dias atuais, a elevação do valor do salário mínimo foi de 96,1%, valor este superior a taxa de inflação que, no mesmo período, acumulou 40,6%, resultando assim em um ganho real de 39,4%. Ao mesmo tempo, a economia brasileira teve um desempenho, medido pelo PIB, de 27,9%.

Em relação aos impactos proporcionados pela elevação do salário mínimo na economia brasileira, considerando-se que aproximadamente 46,1 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo, sua ele-

vação para R\$ 510,00 deverá gerar um incremento de renda da ordem de R\$ 26,6 bilhões e de R\$ 7,7 bilhões na arrecadação tributária sobre o consumo.

Outra constatação da importância do aumento do SM está na comparação com a cesta básica calculada pelo DIEESE. Com um custo de R\$228,19 em dezembro de 2009, estima-se que o salário mínimo terá, então, um poder de compra equivalente a 2,23 cestas básicas, a maior relação na série das médias anuais desde 1979.

O país experimenta, hoje, passado a recente crise mundial, uma aceleração

da atividade econômica estimulado principalmente pela demanda interna, aumento da taxa de emprego no mercado formal de trabalho, manutenção da inflação sobre controle, combinado com o aumento acelerado do poder de compra dos trabalhadores. Assim, toda essa constatação da importância do crescimento do salário mínimo que estamos experimentando nestes últimos anos, além de se inscrever num processo de recuperação da economia brasileira no contexto da crise internacional, põe por terra o velho mito de que “aumento de salários provoca inflação”.

**SALÁRIO
MÍNIMO
PROFISSIONAL**



LEI 4950-A/66

ART

**GARANTIA PARA
O ENGENHEIRO
E A SOCIEDADE**

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

ENGENHEIRO, VOTE!

De 23 a 25
de março

Eleição para diretoria do SENGE/RJ

2010/2013

Será realizada eleição para diretoria do SENGE/RJ entre os dias 23 e 25 de março. Conforme determina o artigo 37 do estatuto do Sindicato, foi realizada, dia 24 de novembro de 2009, Assembléia Geral Ordinária, com o objetivo de proceder a instauração do processo eleitoral que irá definir a nova diretoria da entidade para o período 2010/2013.

Na AGO, conforme previsto no Estatuto, foram eleitos os membros da comissão eleitoral e definido o calendário para as eleições:

Comissão eleitoral

Luiz Antonio Meirelles, Arciley Alves Pinheiro, Alcebiades Fonseca, e Márcio Cazelli

Calendário das eleições

Evento	Datas
Inscrição de chapa	06/01/2010 a 05/02/2010
Divulgação das chapas	10/02/2010 a 22/03/2010
Impugnação de candidatos	05/02/2010 a 19/02/2010
Divulgação de horários e locais de votação	10/02/2010 a 23/03/2010
• Eleições	23/03/2010 a 25/03/2010
Apuração	26/03/2010
Divulgação do resultado	26/03/2010
Recursos	29/03/2010 a 31/03/2010
Posse da diretoria eleita	05/04/2010

Conforme definido no calendário acima, dia 05/02/2010 foi encerrado o prazo para a inscrição de chapas, sendo inscritas pela comissão eleitoral as chapas: Inovação, para concorrer à diretoria do Sindicato e a chapa Olho Vivo, que irá concorrer ao Conselho Fiscal.

Pelo Estatuto do SENGE-RJ, no Art.42, § 4º, a chapa que concorre ao Conselho Fiscal é independente e não faz parte da chapa da Diretoria, embora seja obrigatório que as chapas concorrentes à Diretoria incentivem os associados na formação de pelo menos uma chapa para o Conselho Fiscal, ficando, inclusive, responsáveis pela sua inscrição.

"Art. 42- Os candidatos serão inscritos em chapas completas, incluindo delegados Sindicais, quando houver, e Conselho Fiscal, numeradas segundo a ordem de registro. ...

§ 4º- O Conselho Fiscal será eleito em chapa independente da chapa da Diretoria, sendo, entretanto, obrigatória a sua inscrição por parte de cada chapa concorrente à Diretoria."

A chapa 'INOVAÇÃO', para a Diretoria, é composta pelos associados: Olimpio Alves dos Santos; Agamenon Rodrigues Eufrazio Oliveira; Antonio Gerson Ferreira de Carvalho; Francisco Parentes de Rezende Correa; Clayton Guimaraes do Vabo; Clovis Francisco do Nascimento Filho; Luiz Antonio Cosenza; Carlos Alberto da Cruz; Eduardo Ramos Duarte; Flavio Ribeiro Ramos; Gunter de Moura Angelkorte; Jorge Antonio da Silva; Jose Amaro Barcelos Lima; Julio Cezar Arruda de Carvalho; Lusia Maria de Oliveira; Marco Antonio Barbosa; Miguel Santos Leite Sampaio; Paulo Cesar Nayfeld Granja; Paulo Cesar Quintanilha; Jorge Saraiva da Rocha; Jose Stelberto Porto Soares; Antonio Carlos Soares Pereira; Fernando de Carvalho Turino; e Maria Virginia Martins Brandão.

A chapa 'OLHO VIVO', para o Conselho Fiscal, é composta pelos associados:

Agostinho Guerreiro; Nei Rodrigues Beserra; Paulino Cabral da Silva; Rubem Corveto de Azeredo; Sergio Gomes dos Santos; e Sonia da Costa Rodrigues.

A eleição, conforme o calendário, será realizada nos dias 23, 24 e 25 de março de 2010, nos seguintes locais:

Nº da Urna	23/03/10	24/03/10	25/03/10
1	SENGE/RJ	SENGE/RJ	SENGE/RJ
2	CLUBE DE ENGENHARIA	CLUBE DE ENGENHARIA	CLUBE DE ENGENHARIA
3	CREA-RJ	CREA-RJ	CREA-RJ
4	FURNAS (Real Grandeza)	FURNAS (Real Grandeza)	FURNAS (Real Grandeza)
5	LIGHT (Mal. Floriano)	LIGHT (Mal. Floriano)	LIGHT (Frei Caneca)
6	ELETRONUCLEAR (Candelária)	ELETRONUCLEAR (Candelária)	CEDAE (Sacadura Cabral) CENTRAL (Copacabana)
7	AMPLA	AMPLA CEDAE (São Gonçalo)	
8	CET- RIO (Centro) / CBTU	CET RIO (Botafogo)	SEAERJ
9	ELETROBRÁS (Centro)	CEPEL (Fundão)	CEPEL (Fundão)
10	ELETRONUCLEAR (Angra)	ELETRONUCLEAR (Angra)	NUCLEP
11	FURNAS (Km 0)	FURNAS (Santra Cruz)	